

DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE: CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

Elias Rodrigues de Oliveira¹
Jovino A. de Moura Filho²

RESUMO: De tempos em tempos, principalmente no âmbito das chamadas ciências humanas e sociais, noções são instituídas, descartadas, reelaboradas ou reemergem com ímpeto renovado no debate intelectual. Assim é o que parece estar ocorrendo com o conceito de desenvolvimento, agora enfatizado em sua dimensão de territorialidade associada a uma visão de sustentabilidade e como fundamento para o exercício dos direitos de cidadania. Este trabalho procura timidamente contribuir para essa reflexão, para o quê se utiliza de uma breve revisão bibliográfica e de análise crítica da realidade sócio-econômica e ambiental, sob o prisma da sustentabilidade e da cidadania em países e regiões em estágio de desenvolvimento, sobretudo no Brasil.

Palavras-chave: desenvolvimento local; sustentabilidade; cidadania

ABSTRACT: From time to time, mainly in the field of action of the so-called human and social sciences, notions are instituted, culled, re-designed or they re-emerge with renewed impetus in the intellectual debate. That is what seems to be occurring with the concept of development, now emphasized in its dimension of territoriality associated with a view of sustainability and as a foundation for the exercise of citizenship rights. This work seeks to contribute timidly to that reflection. For such it employs a brief bibliographic review and a critical analysis of the social-economic and environmental reality under the prism of sustainability and citizenship in countries and regions in developing stage, above all in Brazil.

Key words: local development, sustainability, citizenship.

1 INTRODUÇÃO

O quadro econômico e social dos países da América Latina, em especial o Brasil, na última década do século XX, revela uma intensificação da pobreza e da miséria, ladeadas por uma também crescente concentração de renda e de riquezas. Isso se deve ao modelo de desenvolvimento de natureza excludente, tanto do ponto de vista econômico, social, e cultural, adotado a partir da segunda metade dos anos 1940 e início dos 50, com amplo apoio dos países ditos centrais, principalmente os Estados Unidos, aos países periféricos. Alguns dos argumentos de que se valiam aqueles países estavam ligados à superação do atraso na agricultura, mediante os pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

Esse quadro revela a necessidade de mudanças na proposição e adoção de estratégias de desenvolvimento. Torna-se imperativo que tais estratégias sejam voltadas a superar as distorções apontadas e que assegurem a cidadania plena a todos os cidadãos, aspecto indispensável à composição do quadro da sustentabilidade. Ou seja, que o desenvolvimento se dê com justiça e equidade social. Esta é a perspectiva com que se

analisa neste ensaio o modelo de desenvolvimento consubstanciado na localidade ou territorialidade, no esforço de uma coletividade em buscar soluções para os problemas comuns, impactando, portanto, a cidadania, a sustentabilidade e, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida.

São reflexões que, somadas às dos autores pesquisados, permitem fazer uma leitura aproximada da realidade brasileira, tomada como objeto de análise em que se destaca, dentre outros fatores, a constatação de que a participação popular nos processos decisórios vem ascendendo desde a redemocratização do país, em meados dos anos 1980, principalmente naqueles municípios cujas administrações privilegiam o comprometimento com as causas sociais.

2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO

Qualquer discussão sobre o processo de desenvolvimento brasileiro remete-nos à necessidade de um prévio entendimento do conceito de desenvolvimento em seu sentido mais amplo, ou seja, que inclua não somente aspectos econômicos mas, sobretudo, aspectos sociais,

¹ Engº. Agrº. M.Sc. Administração Rural e Doutorando em Administração – UFLA; Professor da Escola Agrotécnica Federal de Salinas, MG. Rua Azarias Ribeiro, 249 – Centro – Lavras, MG. CEP 37200-000. erolivei@ufla.br

² Sociólogo. M.Sc. Sociologia Rural, Professor Adjunto do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras – UFLA. Lavras, MG. CEP 37.200-000. jamfilho@ufla.br

culturais e ambientais. Contudo, apesar de inúmeras tentativas de conceituação para o desenvolvimento, feitas por diversos estudiosos, escapa-nos uma adequada compreensão de seus sinais e efeitos entre países e regiões, sobretudo quando da sua ausência ou existência parcial.

Os debates acerca do desenvolvimento são convergentes quanto ao elemento central do processo: o homem em suas relações econômico-sociais, histórica e espacialmente construídas. Genericamente, estas relações têm motivado mudanças na órbita do provimento das necessidades humanas e causado inúmeros conflitos de interesses. Em torno desses conflitos, muito tem-se teorizado sobre como minimizá-los ou então eliminá-los, tarefa quase impossível dado ser intrínseco ao homem o poder de manifestação de contradições, inquietudes e outros sentimentos comuns à espécie humana, como o da vaidade ou da volúpia pelo poder.

A magnitude desse processo de mudanças, advindo do esforço humano em procurar alternativas de atendimento das necessidades individuais e coletivas, está ligada ao fato de ser também inerente à condição humana o sentimento da insaciabilidade de realização material. Muito embora essa característica só tenha se exarcebado a partir de quando se passou a privilegiar o processo de acumulação de riquezas em detrimento de outras relações sociais desvinculadas de posses econômicas. Isto resultou no esforço histórico e progressivo do homem em desenvolver meios mais produtivos e intermediados pela subordinação do trabalho ao capital. Assim sendo, torna-se perceptível e compreensível a existência de diferenciações econômicas e sociais entre as populações e as diversas nações que integram o mundo capitalista. Esta realidade tem suscitado diferentes formulações teóricas acerca do processo de desenvolvimento.

Desenvolvimento, para Esman (1966), constitui-se de uma série de tarefas rotineiras, para as quais os recursos materiais, sociais, psicológicos e institucionais raramente estão disponíveis em quantidade suficiente e nas combinações adequadas. Quando isso ocorre, implica diretamente no crescimento ou desenvolvimento econômico de um país, região, estado ou município. Entretanto, de acordo com Sen (2000), desenvolvimento é definido como a evolução das sociedades no sentido de aumento das liberdades fundamentais, em que o crescimento econômico é só uma parte, em geral imprescindível, do processo. Segundo o autor,

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (Sen, 2000, p. 18).

Diante dessas duas posições que se contrapõem, assiste-se, no início do século XXI, a uma realidade marcada por um cenário de injustiças sociais em meio a um intenso movimento de crescimento e concentração da riqueza. Esta convivência entre a riqueza mais absoluta e a pobreza mais degradada agrava, segundo Buarque, o *“quadro de barbárie do início do século XXI, no mundo global”*. Para o autor, mundo global é

“...um mundo partido, a humanidade cortada por uma cortina de ouro que separa os ricos incluídos na modernidade e os pobres excluídos. De um lado um primeiro mundo internacional dos ricos, integrado globalmente não importa o país onde eles estejam, de outro, um arquipélago de pobres, excluídos da riqueza, não importa o país onde eles vivam” (Buarque, 2001).

Esta “barbárie” tem sido o desfecho de modelos de desenvolvimento econômico implantados em diversos países, onde a lógica capitalista segue a racionalidade que dá aos aspectos sociais, baseados na justiça e equidade, um caráter de quase nulidade. Isso, sem dúvida, reflete negativamente na sustentabilidade como um todo. Fica, portanto, a idéia de que os gestores do mundo ignoram o sentido de equilíbrio que deve perpassar todo o conjunto de relações dos homens, entre si e com o meio ambiente. Ignoram, inclusive, os apelos que cientistas comprometidos com uma ética de responsabilidade social têm feito em prol de uma harmoniosa coexistência homem-natureza.

Dentre outros estudos realizados no campo do desenvolvimento, o de Maluf (1998) sugere uma definição de desenvolvimento econômico e social centrada em duas idéias básicas: a de *melhora* e a de *processo*. Ambas contêm a perspectiva de sustentabilidade a longo prazo. Para o autor, desenvolvimento econômico é o processo de melhora sustentável na qualidade de vida de uma sociedade, no qual os fins e os meios sejam definidos pela sociedade mesma que está buscando ou vivenciando este processo. Esta conceituação segue, portanto, o mesmo ponto de vista de organismos como a FAO e a ONU, para

quem o desenvolvimento não significa somente crescimento econômico, obtido com o aumento quantitativo da produção e da produtividade. É, portanto, mais do que isso, um conceito que implica redistribuição de renda e a ampla participação, criativa e consciente, de todos os setores da sociedade nas instituições sociais e políticas. Ou seja, deve envolver a participação de todos na construção do seu próprio caminho e no usufruto dos benefícios da riqueza e da cultura criados.

Pelo exposto, tem-se que o desenvolvimento traz, em sua dinâmica, um conjunto de problemas, de natureza multidimensional, decorrentes de sua ocorrência desigual entre grupos, países e regiões. Este tem sido, inclusive, o foco principal de debates convergentes à busca de alternativas ou fórmulas de implementá-lo por meio de políticas deliberadamente promovidas. Inserido nestes debates, pela importância relativa que possui no processo de mudança social, o desenvolvimento rural carece de ser reconceitualizado, uma vez que, em significando crescimento agrícola, guardava embutida, desde os anos 1950, a idéia de modernização.

Esta modernização propunha a substituição dos modelos de produção da época por um conjunto de instrumentos que garantiriam a superação do “atraso” em que vivia a grande maioria da população rural. Entretanto, tomando-se a realidade brasileira para análise, constata-se a não concretização dos ideais traçados pelos defensores dos modernos modelos de produção. Ou seja, os pacotes tecnológicos advindos dessa concepção modernizante incrementaram a produção dos que efetivamente puderam deles se apropriar, embora a um custo ambiental e social elevado em que a grande maioria de agricultores familiares teve a própria sobrevivência ameaçada.

Tais conseqüências se expressam tanto na forma da alteração da paisagem ambiental, pelo uso intensivo dos recursos naturais associado à utilização de modernas tecnologias, seja mecânica ou química, como do ponto de vista social. As relações de produção, subjacentes a esse processo de modernização da agricultura, intensificaram o desemprego e a redução do número de ocupados no campo, além de terem contribuído à concentração de terras. Estes fatos, como impactantes que são no quadro de miséria e de exclusão social existentes no país - em algumas regiões mais que outras, tanto no campo como nas cidades -, motivam o debate e reivindicam alternativas para ajustes e correções que

promovam a inserção econômica e social das populações.

3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Historicamente, o Brasil tem tido um caráter de subordinação muito forte no que diz respeito à sua integração internacional. Desde a sua colonização, o país tem sido um exportador de riquezas, produtos e matérias-primas do setor primário, e um importante coadjuvante na manutenção do elevado padrão de vida das populações dos países desenvolvidos. Foi assim, inicialmente, com o pau-brasil, seguido dos áureos ciclos do açúcar, do ouro, do café e da borracha. E o país continua sendo vitimado por políticas que refletem relações desiguais de poder frente aos países do capitalismo avançado. Exemplo mais claro dessas políticas é a da chamada abertura comercial, que sempre tem significado ganhos maiores para os países mais poderosos. Essa relação desigual tem comprometido a estabilidade social dos países periféricos, principalmente pelo desemprego e exclusão social decorrentes dessa integração subordinada.

Com a economia assentada e conduzida pela oligarquia cafeeira, o país atravessou o final do século XIX e manteve-se, até quase a metade do século XX, comprometidamente desvinculado do processo de industrialização. O capital nacional, naquela época, tinha como base a exportação de produtos primários e matérias-primas e a importação de bens industrializados, numa subordinação direta às diretrizes desenvolvimentistas daqueles países. O ingresso do país no processo de industrialização, em meados do século XX, com o apoio do capital internacional na implantação de plantas industriais de matrizes estrangeiras, não alterou substancialmente essa relação de dependência.

Uma compreensão desse processo tem-se em Cardoso (1975) que, ao questionar sobre a existência de um modelo brasileiro de desenvolvimento³, em que consiste e quais as condições e conseqüências que possui, tece algumas considerações e críticas sobre o processo de industrialização do país. Analisando o processo de crescimento econômico brasileiro no pós-guerra, mais precisamente entre meados da década

³ Este modelo, segundo o autor, “...não é particular do Brasil enquanto nação, mas deriva das condições sociais e econômicas que conformam o processo de acumulação capitalista na maioria dos países subdesenvolvidos”.

de 1950 até o início da década de 70, o autor aponta três formas distintas, nem sempre sucessivas, por que passou este processo: 1) a “industrialização substitutiva de importações”; 2) a “industrialização restritiva” ou “excludente”, baseada na implantação da produção de bens intermediários e de bens de produção e no seu consumo e 3) a dinamização econômica pela exportação de produtos semi-faturados e de alguns produtos acabados de consumo popular.

A industrialização substitutiva envolveu a implantação de uma indústria local para a fabricação de produtos até então importados. Este processo teve o Estado como tutor, por meio capitais nacionais mobilizados junto ao setor exportador primário e no setor urbano-mercantil. Uma das conseqüências deste processo de crescimento econômico foi a aceleração da urbanização e das migrações rurais-urbanas, cuja atração era o diferencial entre os salários dos meios urbano e rural. Contudo, cabe ressaltar que o incremento tecnológico no processo de industrialização⁴ contribuiu para a expansão da produtividade industrial, não refletindo positivamente no nível real dos salários da classe trabalhadora e, portanto, contribuindo na expansão da capitalização do país. O autor reconhece que o crescimento econômico, no caso do Brasil, apesar de ter gerado empregos, direta e indiretamente, e ter ampliado o consumo de massas, não trouxe em si uma tendência à melhor distribuição de seus frutos. *“Estes distribuem-se de acordo com a capacidade de pressão dos distintos grupos sociais e com os modelos de participação política que regulam aquela capacidade de pressão”* (Cardoso, 1975, p. 70).

Como características da industrialização restritiva ou excludente, Cardoso (1975), citando Aníbal Pinto, aponta a contradição existente entre a base tecnológica da industrialização e o tipo de mercado à disposição desta. Ou seja, ao tempo em que o poder aquisitivo é baixo, o mercado se amplia, em “círculos concêntricos, graças à concentração de renda”. Ou seja, à fabricação de “bens sofisticados” atende-se com “tecnologia avançada” de monopólio externo que requer, portanto, investimentos externos e, assim, reafirma a relação de dependência do país.

Havia, ainda segundo Cardoso (1975), embutido no processo de industrialização do país, além da dependência tecnológica, a manutenção do intercâmbio desigual. Este intercâmbio

desigual se configura na relação entre a exportação de produtos que *“incorporam no seu valor salários baixos e baixo coeficiente tecnológico e a importação de bens que incorporam salários mais elevados e expressam um modo de produção mais desenvolvido”*. Temia-se que esta situação perdurasse, dados os fatores internos à economia brasileira e à forma contemporânea de divisão internacional do trabalho. A realidade econômica atual do país reflete ter havido pouca mudança neste aspecto.

Inserido no cenário da industrialização, o setor primário, centrado na agricultura, configurava-se como um importante fator no processo de desenvolvimento. Corrobora essa afirmação o fato de ter o desfecho da Segunda Guerra Mundial aberto grandes perspectivas de expansão do capital. Nesse sentido, a substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento de máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, além do financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização (Brum, 1988).

A orientação desse processo se deu segundo as premissas da chamada “Revolução Verde”, sob a forma de um programa iniciado por volta de 1943, sob a liderança dos EUA através da Fundação Rockefeller. O objetivo explícito deste programa era contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, por meio do desenvolvimento de experiências no campo da genética e de agroquímicos em geral, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais economicamente mais eficientes.

As transformações verificadas no setor agropecuário são, portanto, reflexos da intervenção controlada no processo de produção agrícola, criteriosamente planejada e habilmente executada. Dessa forma, dentro dos limites mutáveis definidos pelo progresso técnico, elementos discretos do processo de produção têm sido conquistados pela indústria – a semeadura a lanço pela máquina de semear, a substituição do cavalo pelo trator e do esterco por produtos químicos sintéticos. Assim, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial (Silva, 1992; Goodman et al., 1990).

Como se vê, por esses autores, a transformação industrial da agricultura ocorreu, historicamente, por meio de uma série de

⁴ Cardoso (1975) considera que a acumulação tecnológica que propiciou aumento da produtividade se deu através de recursos externos.

apropriações parciais, descontínuas do trabalho rural e dos processos biológicos de produção (máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologias), e do desenvolvimento paralelo de substitutos industriais para os produtos rurais. Este duplo movimento é representado pela emergência dos setores agroindustriais, que fornecem insumos agrícolas e pela diversificação, para além dos portões da fazenda, do processamento e da distribuição dos alimentos e fibras. O crescimento do “complexo” agroindustrial é visto, pois, como uma fase dinâmica e, no final das contas, transitória, no desenvolvimento industrial da agricultura e não sua expressão final e mais completa.

É preciso salientar que, ao lado dessa tendência à agroindustrialização de parte expressiva da agropecuária brasileira, emergem com vigor outros grupos de atividades inseridos no que se convencionou denominar de “novo rural”: a crescente heterogeneidade de atividades e opções de emprego e renda não-agrícolas (lazer e entretenimento, prestação de serviços, turismo rural, ecoturismo, atividades industriais diversas, artesanato rural, etc.) (Campanhola & Silva, 2000; Gómez, 2001).

A realidade econômico-social brasileira atual é prova dos impactos que a expansão industrial interligada com a transformação do mundo rural tem causado ao país, sob as condições discutidas neste trabalho. O modelo concentracionista e excludente da política desenvolvimentista que o Estado adotou, se por um lado industrializou o país e produziu sua presença mais diversificada no comércio internacional, por outro expandiu a pobreza e as desigualdades regionais, além de ter se constituído numa importante ameaça à sustentabilidade. Os dados sociais e a paisagem ambiental do país atestam que esse modelo não tem levado em conta, em suas diretrizes e implementação, a variável ambiente.

4 A SUSTENTABILIDADE EM FOCO

A sustentabilidade, em seu sentido mais amplo, é requerida como parte integrante e indispensável de modelos de desenvolvimento que assegurem ao homem a garantia de uma vida com dignidade e cidadania plenas para si e para os seus descendentes. Para tanto, deve ser ela o alvo principal e constante das ações dos formuladores e implementadores de políticas de desenvolvimento. Essas políticas devem ser, imperativamente, voltadas à busca de relações mais equilibradas

entre o homem, suas realizações e o meio ambiente.

Ao se confrontar a realidade econômico-sócio-ambiental brasileira com o conceito de sustentabilidade definido pela FAO, em 1988, como consistindo “*na ordenação e conservação da base de recursos naturais e na orientação da mudança tecnológica e institucional, de tal maneira que se assegure a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras*”, verifica-se que são fortes as evidências de que o país não se orienta prioritariamente pelo desenvolvimento sustentável. O quadro de exclusão social em meio à pouca preocupação com a preservação dos recursos naturais mostra isso. Convive-se com um quadro sócio-ambiental que inclui: a erosão; a exigência crescente de fertilizantes químicos para compensar a perda dos recursos naturais e garantir a manutenção dos níveis de produtividade; o envenenamento de solos, rios e outros mananciais aquáticos, além dos alimentos consumidos pela população e a resistência adquirida por pragas e outros agentes fitopatogênicos.

Atentando para a componente social da discussão sobre sustentabilidade, verifica-se que os contrastes entre riqueza e pobreza, ou o ter e o não ter, advindos da relação capital-trabalho no processo de acumulação de riquezas – essência do capitalismo –, são expressivamente crescentes neste início de século. O elevado nível de desemprego, de crimes, de violência e de outros males sociais tem sido responsável por lutas e movimentos em defesa de políticas públicas que promovam o aumento da qualidade de vida e a ampliação do acesso aos direitos básicos de cidadania à ampla maioria da população.

Do ponto de vista teórico, a sustentabilidade incorpora, pelo menos, duas correntes ambientalistas: a que se preocupa em frear o processo de depleção dos recursos e criar dentro dos sistemas sócio-econômicos vigentes, em que predomina o capitalismo, mecanismos que compatibilizem desenvolvimento econômico e manejo sustentável dos recursos naturais; e a que assume um corte ideológico mais profundo e trata de questionar a própria relação homem-natureza. Por esta visão, de acordo com Crespo (1997), a sustentabilidade deve partir de estratégias que visem mudar os paradigmas de racionalidade que orientam as sociedades e seus sistemas sócio-culturais. A sustentabilidade implica em acreditar que a saída para o limite colocado pela esgotabilidade dos recursos será a inovação tecnológica somada a mudanças no padrão de consumo; o ser humano é visto como passível de

evoluir de uma razão instrumental e extremamente egoísta, em direção a um compromisso ético com as futuras gerações e com a razão superior da vida.

Seguindo essa visão otimista, acredita-se que a humanidade, tomando-se como marco o surgimento da agricultura há cerca de dez mil anos e confrontando-o com a realidade deste início de século, busque uma alternativa em que o futuro se defina e seja perseguido sob novos propósitos civilizatórios. Na perspectiva de Cristovam Buarque, como síntese dos anseios de milhares de representantes de diversos países, reunidos no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, este propósito compreende dois conjuntos de ações. Em primeiro lugar, sugere o autor,

“Este novo propósito deve fazer uma radical subversão invertendo o papel dominante da técnica sobre a ética, para um papel dominante da ética sobre a técnica, buscando construir uma humanidade onde: no lugar da dominação da opção técnica sobre a racionalidade econômica, e desta sobre os objetivos sociais, a sociedade construiria um novo paradigma onde os valores éticos definiriam os objetivos sociais, determinando-se, com base nesses, a racionalidade econômica, para só então se fazer as opções técnicas” (Buarque, 2001).

Em segundo lugar, para o autor,

“A humanidade precisará definir a base ética dos valores que deverão nortear a humanidade no seu futuro: uma relação de respeito com a natureza, onde o projeto civilizatório deverá ser feito em sintonia com o patrimônio natural, e não ao contrário, com a sua destruição; a recusa à apartação, prioridade para o atendimento das necessidades essenciais para toda a população, e a garantia da igualdade dos direitos fundamentais para todos os seres humanos; o compromisso total com o direito à liberdade de opções, de crenças, de gostos, de preferência de consumo, de posições políticas; continuação do processo de integração mundial, mas com prioridade à integração humana pela cultura, com respeito à soberania, à diversidade étnica e aos direitos de cada minoria e tribo do mundo” (Buarque, 2001).

Como forte ameaça à sustentabilidade tem-se a possibilidade de grandes e poucos grupos transnacionais virem a tornar-se controladores de todos os insumos agrícolas, além de deterem o direito de propriedade sobre seres vivos, animais e vegetais, geneticamente modificados. Geralmente,

a legislação de patentes e de cultivares traz algum benefício a tais grupos em detrimento da biodiversidade. Isto configura-se em ameaça à sustentabilidade na medida em que, estando o monopólio de sementes concentrado nas mãos desses grupos transnacionais, o agricultor se vê cerceado e dependente de tais grupos, desde a aquisição de sementes aos insumos constituintes do pacote tecnológico que o cultivo de tais sementes requisita.

Um exemplo que ilustra esse perigo à sustentabilidade é o caso do cultivo de transgênicos⁵, o qual, além do caráter de dependência aos monopólios na produção de sementes, exibe a preocupação com os possíveis efeitos da transgenia nos seres humanos. Na manipulação do genoma de um organismo, a fim de introduzir alguma característica desejável - como a resistência de plantas a determinados produtos químicos -, podem estar sendo modificadas outras características do organismo em questão. Foi o que aconteceu em 1989 no Japão, conforme Heredia & Menasche (1999). Segundo as autoras, na tentativa de produzir um suplemento alimentar, cientistas daquele país alteraram geneticamente uma bactéria natural visando à produção mais eficiente de triptofano¹¹. A manipulação fez a bactéria produzir uma substância altamente tóxica que só foi detectada quando o produto já estava no mercado. O resultado trágico dessa experiência foi, segundo as autoras: “5 mil pessoas adoeceram, 1.500 ficaram inválidas e 37 morreram”.

É importante observar que, da mesma forma que os defensores da Revolução Verde argumentavam que o aumento da produtividade, que seria alcançado mediante a utilização dos pacotes tecnológicos então defendidos, seria importante fator de promoção do desenvolvimento brasileiro, pela correção de distorções sociais que seria processada, os defensores da utilização de sementes transgênicas têm semelhante argumento. No entanto, os resultados sociais e ambientais, advindos da Revolução Verde, são atestadores de que tais inovações tecnológicas trouxeram benefícios basicamente econômicos e de forma

⁵ Os transgênicos resultam de modernas técnicas da engenharia genética, as quais permitem que os genes sejam transferidos entre organismos, sejam da mesma espécie ou de espécies diferentes.

¹¹ Trata-se de um aminoácido essencial ao organismo humano, que é sintetizado em quantidades aquém da quantidade requerida para as perfeitas funções metabólicas humanas. Daí a necessidade de complementação pela alimentação.

restrita a determinados grupos, que contaram, inclusive, com o beneplácito dos juros baixos e outras regalias garantidas pelo Estado, em detrimento da maior parte da população.

Dessa forma, por serem os efeitos do consumo de alimentos oriundos de produtos transgênicos sobre o organismo humano ainda uma incógnita, pode-se considerar que a humanidade encontra-se numa encruzilhada em que poderão se potencializar, cada vez mais, as consequências econômicas, sociais e ambientais advindas de tal inovação. Isto, sem dúvida, constitui-se em importante ameaça à sustentabilidade e à própria construção da cidadania.

5 DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA

Frente aos resultados do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, de meados dos anos 1960 até os primeiros anos 1980, de caráter excludente, concentrador de renda e indutor de crescimento da pobreza e da miséria, entre outros problemas sociais e ambientais, o tema desenvolvimento local vem ocupando importante espaço no debate acadêmico e científico. No centro do debate está o esforço em se encontrarem alternativas que possibilitem um novo arranjo social capaz de assegurar dignidade e cidadania plena a todos os cidadãos brasileiros.

Cidadania é vista como um processo e algo a ser conquistado, concernente à relação entre o Estado e o cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações (Vieira, 2001; Scherer-Warren, 1999). Na análise desta última autora, acrescida de algumas formulações de Vieira, a conquista da cidadania se realiza em vários níveis:

- Conquista de novos direitos e incorporação dos chamados direitos de "terceira geração". Aqui incluem-se os "direitos ativos que propiciam a capacidade presente e futura de influenciar o poder político" (Vieira, 2001, p. 36).
- Reconhecimento do direito de ter direitos, especialmente entre determinados setores da sociedade, o que se associa com a afirmação da igualdade e a superação da exclusão social, econômica, política e cultural.
- Cumprimento dos direitos, das leis estabelecidas e não observadas; direitos universais promulgados em lei e garantidos a todos.

Percebe-se o vínculo imediato entre o processo de aquisição e ampliação da cidadania e a questão da democratização da sociedade, no qual a sociedade civil envolvida em propostas de desenvolvimento local cumpre um papel significativo.

Numa tentativa de conceituar desenvolvimento local, autores como Cragolino (2000) o consideram como um processo de desenvolvimento centrado num território concreto em que os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de metas e projetos comuns. Estes atores se vinculam de acordo com o sistema de ação local; podem ser individuais ou coletivos; agrupam-se, segundo provenham do Estado ou do setor não governamental, em atores públicos e atores da sociedade civil; também podem ser distinguidos, segundo o âmbito de ação, em atores econômicos, atores sociais, atores políticos e governamentais e podem ser também atores institucionais ou interinstitucionais.

No Brasil, o redesenho de políticas públicas ancoradas no neoliberalismo, cuja orientação maior é a transferência das responsabilidades do Estado, no nível federal e mesmo em áreas sociais, para os governos locais, grupos privados e sociedade civil, associado a históricos problemas estruturais do país (concentração do poder econômico, concentração fundiária, heterogeneidade regional, entre outros), impõem fortes condicionantes para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento local. É neste marco que propostas de "descentralização" e "participação da comunidade" têm sido aventadas, às vezes cinicamente, em paralelo às cada vez maiores restrições nos gastos públicos, características do programa de ajuste fiscal.

A favor dessa nova ênfase no desenvolvimento tem-se o fato de que os desafios locais impulsionam a sociedade local para, em conjunto com a diversidade de atores institucionais que a integram, traçar estratégias que fortaleçam suas capacidades na solução dos problemas. Para tanto e contraditoriamente à posição neoliberal, é imprescindível o fortalecimento das capacidades do Estado - nas esferas federal, estadual e municipal - e dos atores sociais coletivos, no nível local, de modo a se promover articulação entre todos, visando à implementação e à gestão de políticas públicas. Isso implica em ações que possam: fortalecer a capacidade das instituições e organizações locais por meio de programas de formação de líderes;

criar condições apropriadas para a articulação entre atores em níveis local e regional; apoiar os atores sociais coletivos no nível local, através de recursos técnicos e tecnológicos a fim de que possam interagir no meio garantindo a sustentabilidade; e incentivar alianças locais sob um leque de oportunidades de iniciativas de desenvolvimento em que os recursos sejam disponibilizados e orientados para o melhoramento dos serviços básicos, infraestrutura, geração de novas alternativas de produção e renda, e educação voltada para o desenvolvimento da cidadania (Cragolino, 2000).

Com essa perspectiva positiva, o desenvolvimento local, expresso na territorialidade, se apresenta como posição definida, pelo quê incorpora uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas (Abramovay, 1998). Este autor ressalta a importância do fenômeno da “proximidade social”, que permite uma coordenação entre os atores sociais capaz de transformar o ambiente em que atuam em base para empreendimentos inovadores, superando as vantagens competitivas advindas dos atributos naturais, de localização ou setoriais. A dimensão territorial do desenvolvimento vai além das vantagens ou obstáculos geográficos de localização. Ela compreende a preocupação em se entender e apoiar a montagem de “redes” e de “convenções” internalizadas em instituições que permitem ações cooperativas que incluem a conquista de bens públicos, como educação, saúde e informação capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade. Essa noção de territorialidade se mescla com a de capital social, caracterizada por Putnam como sendo *“características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”* (Putnam, 1996).

Há, entretanto, que se considerar as inúmeras dificuldades na promoção do desenvolvimento local. A mais importante delas talvez seja a participação popular que, no Brasil, ainda é muito restrita, salvo algumas poucas exceções, muito embora, se verifique uma tendência de crescimento da participação nas decisões municipais desde a redemocratização do país, cuja consolidação se deu com a promulgação da Constituição de 1988. Desde então, tem aumentado o número de municípios com administrações em que o diferencial está no chamamento à participação efetiva da população,

por meio de suas representações associativas, integrando comitês, conselhos e outras instâncias deliberativas. Assim, os membros da sociedade local, por serem o alvo da gestão pública e os beneficiários em potencial, ao participarem ativamente do processo administrativo – do planejamento à execução –, com a alocação responsável dos recursos orçamentários, certamente estarão dando um passo seguro na construção da cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade em torno do desenvolvimento é largamente superior na *práxis* ao que se tem teorizado a respeito. Isso é possível de ser visualizado por meio dos diversos problemas sociais e ambientais com que se inicia o terceiro milênio. Problemas como o aumento do desemprego, da violência, do crime, a mudança climática, causada pela depleção da camada de ozônio e pelo “efeito estufa”, a contaminação dos recursos hídricos, o avanço da desertificação e a diminuição da biodiversidade em ecossistemas aquáticos e terrestres, certamente são heranças ou desdobramentos de modelos de desenvolvimento eminentemente propulsores de processos de acumulação e concentração de capitais, adotados, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial e desvinculados de suas consequências sociais e ambientais.

Diante desse quadro, urge a formulação, implementação e acompanhamento sistematizado de políticas desenvolvimentistas, cujo caráter seja o da responsabilidade social e ambiental. Acredita-se que para se desnudarem tais ações do caráter de utopia que as tem paramentado, requer-se, antes de tudo, uma postura humana que seja guiada pelo compromisso moral, individual e coletivo, quanto à conscientização sobre a sustentabilidade em todos os seus aspectos. Certamente, isto implicará em se construir modelos de desenvolvimento centrados no social e ambiental antes do econômico e que tenham como determinante na sua eficácia e eficiência a difícil conjugação de forças entre os atores sociais circunscritos num mesmo local ou território.

Contudo, não se deve perder de vista que o desenvolvimento, não importando os adjetivos que lhe são apostos, sempre será uma questão valorativa, portanto, objeto de disputas por visões de mundo diferenciadas, às vezes, incompatíveis. Em assim sendo, e no âmbito de uma nação, o projeto maior de construção de desenvolvimento, envolvendo até mesmo a sua natureza, precisa ser debatido antes da formulação de estratégias

específicas em suas variantes rural, local e/ou regional.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Fortaleza, 1998. 28 p. (mimeografado).

BRUM, A. J. **A modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988. 200 p.

BUARQUE, C. Alternativas à barbárie. (Artigo apresentado no Fórum Social Mundial). Porto Alegre, 2001.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Ed.). **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, v. 4.

CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 240 p.

CRAGNOLINO, E. Un proyecto de desarrollo local rural en argentina: el enfoque y los desafíos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. (CD-ROM).

CRESPO, S. Educação e sustentabilidade na agenda 21: o papel da educação ambiental no programa da globalização. In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL/ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. n. ?, Rio de Janeiro. p. 65-72.

ESMAN, M. The politics of development administration. In: MONTGOMERY, J.D.; SIFFIN, W.J. **Approaches do development**: politics, administration and change. New York: McGraw-Hill, 1966. p. 71.

GÓMEZ, E. S. Nova ruralidad? Un aporte al debate. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 17, 2001. p. 5-32.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro, Campus, 1990. 192p.

SILVA, J. G. da. Fim do “Agribusiness” ou emergência da biotecnologia. **Economia e Sociedade**. n. 1, p.163 –167, ago. 1992.

HEREDIA, B.M.A. de; MENASCHE, R. Cultivos transgênicos e cidadania. **Democracia Viva**, São Paulo, n. 5, p. 107-108, mar. 1999.

MALUF, R. Diversidad, desigualdades y la cuestion alimentaria. Scripta Nova, Universidade de Barcelona, n25, 1998, 19p.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 260 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

VIEIRA, L. Notas sobre o conceito de cidadania. In: BIB, São Paulo, n. 51, p. 35-47, 2001.

Nota: os autores agradecem as sugestões e comentários apresentados por parecerista anônimo.

